

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE - CONAMA.

001 Aos três dias do mês de dezembro do ano de
002 mil novecentos e oitenta e seis, às 9:00 hs, no Auditório
003 do Edifício Sede do Ministério do Desenvolvimento Urbano e
004 Meio Ambiente, com a presença dos senhores Doutor DENI LI
005 NEU SCHWARTZ, Presidente do Conselho Nacional do Meio Am
006 biente - CONAMA; Dr. ROBERTO MESSIAS FRANCO, Secretário-Exe
007 cutivo do CONAMA; Dr. NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI, Represen
008 tante Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitá
009 ria - ABES; Dr. ROBERTO RIBAS LANGE, Representante Suplen
010 te da Associação de Defesa E Educação Ambiental do Paraná -
011 ADEA, entidade civil da Região Sul; Dr. RICARDO AUGUSTO PES
012 SOA BRAGA, Representante Titular da Associação Pernambucana
013 de Defesa da Natureza - ASPAN, entidade civil da Região Nor
014 deste; Dr. MARCELO DE IPANEMA, Representante Titular da Fe
015 deração das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Am
016 biente - FAMA, entidade civil da Região Sudeste; Dr. PAULO
017 AFFONSO LEME MACHADO, Representante Titular da Sociedade
018 Brasileira de Direito do Meio Ambiente - SOBRADIMA; Dr.
019 PÉRICLES DE ALBUQUERQUE DIAS JÚNIOR, Representante Suplente
020 da Confederação Nacional da Agricultura; Dr. JAIRO CORTEZ
021 COSTA, Representante Suplente da Confederação Nacional do
022 Comércio; Alte. IBSEN DE GUSMÃO CÂMARA, Representante Titu
023 lar da Fundação Brasileira para a Conservação da Nature
024 za - FBCN; Dr.ª ANA MARIA ALVES DE OLIVEIRA, Representante
025 Titular da Fundação Universidade Federal do Acre, entidade
026 da Região Norte; Dr. OSWALDO VIEGAS, Representante Suplente
027 do Estado de Alagoas; Dr. IVAN BARRETO DE CARVALHO FILHO,
028 Representante Suplente do Estado da Bahia; Dr. ANTONIO RENA
029 TO LIMA ARAGÃO, Representante Suplente do Estado do Ceará;
030 Dr. BENJAMIN SICSU, Representante Suplente do Distrito Fede
031 ral; Dr. JADSON DE ARAÚJO PIRES, Representante Suplente do
032 Estado de Goiás; Dr.ª VALMIRA VIEIRA MECENAS, Representante
033 Titular do Estado do Maranhão; Dr. PAULO DOS SANTOS LEITE,

P.

034 Representante Suplente do Estado do Mato Grosso; Drª IRACEMA
035 MARQUES MARTINS DE ARRUDA, Representante Suplente do Estado
036 de Mato Grosso do Sul; Dr. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO,
037 Representante Titular do Estado de Minas Gerais; Drª ROSYAN
038 CAMPOS DE CALDAS BRITO, Representante Titular do Estado do
039 Pará; Dr. CLEVERSON VITÓRIO ANDREOLLI, Representante Suplen
040 te do Estado do Paraná; Dr. PAULO JOSÉ BARBOSA, Represen
041 tante Suplente do Estado de Pernambuco; Dr. JOSÉ EDSON ARRU
042 DA, Representante Suplente do Estado do Piauí; Dr. LUIZ AL
043 FREDO SALOMÃO e Dr. LUIZ ANTONIO PRADO DE OLIVEIRA, Repre
044 sentante Titular e Suplente, respectivamente, do Estado do
045 Rio de Janeiro; Dr. VLADIMIR ORTIZ DA SILVA, Representante
046 Suplente do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. AUGUSTO SÉRGIO
047 PINTO DA SILVEIRA, Representante Titular do Estado de
048 Rondônia; Dr. JOSÉ MÁRCIO MARQUES VIEIRA, Representante Ti
049 tular do Estado de Santa Catarina; Dr. JOSÉ PEDRO DE OLIVEI
050 RA COSTA, Representante Titular do Estado de São Paulo; Dr.
051 JOSÉ MAGNO PATO, Representante Titular da Secretaria Nacio
052 nal de Defesa Agropecuária; Dr. GERALDO SÁ NOGUEIRA BATIS
053 TA, Representante Suplente do Conselho Nacional de Pesqui
054 sas Tecnológicas - **CNPq**; Dr. CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE XA
055 VIER, Representante Suplente do Secretário Geral do Ministé
056 rio da Cultura; Drª BRIANE ELIZABETH PANTIZ BICCA, Represen
057 tante Suplente da Secretaria de Patrimônio Histórico e Ar
058 tístico Nacional - **SPHAN**; Dr. GERVÁSIO CARDOSO DE OLIVEIRA
059 FILHO e Dr. MAURÍCIO SÁ NOGUEIRA BATISTA, Representante Ti
060 tular e Suplente, respectivamente, do Conselho Nacional de
061 Desenvolvimento Urbano - **CNDU**; Engº ERASMO CASTRO LEITE, Re
062 presentante Titular do Estado-Maior das Forças Armadas - **EMFA**;
063 Dr. JOSÉ LEONEL CARVALHO DE CASTRO, Representante Suplente
064 do Ministério da Fazenda; Dr. FÁBIO DE FREITAS, Representan
065 te Suplente da Empresa Brasileira de Turismo - **EMBRATUR** ;
066 Drª LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES, e Drª LIÚBA FRANZIL
067 BER GUTMAN, Representante Titular e Suplente respectivamente,
068 do Ministério do Interior; Dr. JEFFERSON DE ALMEIDA, Repre
069 sentante Suplente do Departamento Nacional de Obras e Sa
070 neamento - **DNOS**; Dr. JOSÉ CAVALCANTI DA SILVA, Representan
071 te Titular do Conselho Nacional de Trânsito - **CONTRAN** ;

6

Y
Rubrica

072 Comte. PAULO AUGUSTO ROCHA DE VASCONCELLOS, Representante Su
073 plente da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
074 do Ministério da Marinha; Dr^a ANAMÉLIA HABIB MENDONÇA, Re
075 presentante Suplente da Comissão Nacional de Energia Nu
076 clear - CNEN; Dr. GOKI TSUZUKI, Representante Suplente do
077 Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE ;
078 Dr^a ELISA VIANA SÁ, Representante Titular da Fundação Servi
079 ços de Saúde Pública; Dr. JOSÉ LUIZ RIANI COSTA, Represen
080 tante Titular da Secretaria de Segurança e Medicina do Tra
081 balho; Dr. LAURI PEREIRA BARCELLOS, Representante Titular
082 do Conselho Nacional de Transportes e Dr. ÍCARO ARONOVICH
083 CUNHA, Representante Suplente do Instituto de Planejamento
084 Econômico e Social - IPEA da Secretaria de Planejamento da
085 Presidência da República, foi aberta a 11^a Reunião do Conse
086 lho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Também presentes na
087 reunião o Dr. VERLANE MEDEIROS WANDERLUS das Centrais Elé
088 tricas Brasileiras - ELETROBRÁS; Dr. CARLOS A. FERNANDES
089 da Coordenadoria de Meio Ambiente do Governo do Distrito Fe
090 ral - COAMA; Dr^a VERA MOURA BANANEIRA da CODEAMA/AM; Dr.
091 LUIZ IVANDO V. G. SANTOS do Ministério das Relações Exte
092 riores; Dr. ALFREDO WAGNER DE ANDRADE do Ministério da In
093 dústria e do Comércio; Dr^a DIANA MEIRELLES DA MOTTA do Con
094 selho Nacional de Desenvolvimento Urbano-CNDU; Dr. REINALDO
095 FERNANDES DANNA da Secretaria de Tecnologia Industrial-STI/MIC
096 e Dr. MÁRIO CANABARRO ABAD do Conselho de Desenvolvimento
097 Industrial - CDI/MIC. O Presidente saudou a todos e registrou
098 as presenças do Dr. HAROLDO MATTOS DE LEMOS Assistente do
099 Diretor-Geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Am
100 biente - PNUMA com sede em Nairobi - Quênia e do Dr. JOSÉ
101 LIZARRAGA, Diretor do Programa das Nações Unidas para o
102 Meio Ambiente na América Latina. Após a verificação de "quo
103 rum" declarou aberta a sessão de trabalhos e submeteu ao Ple
104 nário a Ata da 10^a Reunião. O Secretário-Executivo solici
105 tou a dispensa da Leitura da Ata, o Plenário aquiesceu e o
106 Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros que queriam
107 propor emendas ou correções. Sobre a questão, se manifesta
108 ram: O Conselheiro Ricardo Augusto Pessoa Braga que pediu
109 para registrar na fl. 05, linhas 157 a 162 a solicitação de

[Handwritten Signature]
6

W
 Rubrica

110 acréscimo de parágrafo ao Artigo 5º, do Regimento Interno
 111 proposto pela Secretaria Executiva, de forma a garantir que
 112 "os representantes mencionados no inciso IX serão nomeados
 113 a partir de indicação majoritária pelas sociedades civis
 114 congêneres de cada região que estejam legalmente constituí
 115 das", justificando que a sugestão supra destacada com as
 116 pas fora proposta pela ASPAN e aprovada pelo Plenário na
 117 reunião anterior; o Conselheiro Roberto Ribas Lange que le
 118 vantou uma questão de ordem solicitando esclarecimentos quan
 119 to a situação das entidades civis regionais cujo mandato se
 120 esgota no final do ano civil de 1986, visto que o novo De
 121 creto que regulamenta o CONAMA (93.630) altera de um para
 122 dois anos o mandato daquelas entidades no Conselho Nacional
 123 do Meio Ambiente; O Dr. Vladimir Ortiz da Silva que solici
 124 tou a substituição da frase "...respondendo as acusações do
 125 Conselheiro Representante do Estado do Rio Grande do Sul"
 126 por "respondendo ao Conselheiro do Rio Grande do Sul", jus
 127 tificando que não houve qualquer acusação por parte do Con
 128 selheiro Representante daquele Estado, ao contrário do que
 129 consta à página 8, linhas 270 a 273 da Ata. Não mais haven
 130 do propostas de emendas ou correções, o Secretário Executi
 131 vo fez uso da palavra para informar ao Conselheiro Ricardo
 132 Braga que a Secretaria Executiva procederia a audição das
 133 gravações da reunião anterior e faria as correções, se fosse
 134 o caso, e esclareceu ao Conselheiro Roberto Ribas Lange que
 135 a duração do mandato das entidades civis por ele menciona
 136 das seria observada somente para as entidades a serem nomea
 137 das conforme consta no § 2º do Artigo 6º do Decreto 93.630
 138 de 28/11/86. Não havendo objeção à proposta de correção do
 139 Dr. Vladimir Ortiz da Silva, o Presidente submeteu ao Plená
 140 rio a ata com a respectiva emenda, e após votação declarou
 141 aprovada a Ata da 10ª Reunião Ordinária do CONAMA. Passando
 142 ao item III da pauta o Presidente solicitou ao Secretário
 143 Executivo que fizesse um informe sobre as atividades desen
 144 volvidas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente. O Secre
 145 tário Executivo saudou a todos, fez uma breve retrospectiva
 146 das atividades desenvolvidas pela SEMA e pelo CONAMA no
 147 exercício de 1986, informando sobre a posição final dos atos

6.

Rubrica

148 baixados pelo Plenário e o andamento das tarefas solicita
149 das à Secretaria Executiva e outros órgãos através de Reso
150 luções, Manifestações ou Comissões Especiais criadas para
151 tratar de assuntos específicos, colocando à disposição dos
152 Conselheiros o Relatório das atividades desenvolvidas pelo
153 CONAMA com os extratos de cada um dos atos baixados pelo
154 Plenário desde sua instalação em 1984. O Secretário Executi
155 vo delineou em traços gerais as perspectivas para 1987 e
156 destacou algumas questões básicas alusivas aos problemas in
157 ternos da SEMA no que diz respeito a recursos humanos, fi
158 nanceiros e de estrutura organizacional informando sobre as
159 providências que foram tomadas, ou encaminhadas, objetivando
160 o equacionamento de tais problemas, a saber: a) algumas
161 áreas da estrutura da SEMA foram reformadas e reorganiza
162 das visando torná-las mais ágeis e eficientes enquanto Se
163 cretaria Executiva do CONAMA; b) o problema de remuneração
164 de pessoal foi resolvido, em parte, com soluções paliati
165 vas; c) o orçamento da SEMA foi ampliado, garantindo-se pa
166 ra 1987, recursos orçamentários na ordem de CZ\$ 89.000.000,00
167 (oitenta e nove milhões de cruzados), visto que os recursos
168 destinados para o exercício de 1986 eram muito baixos e uti
169 lizados quase que totalmente para a sobrevivência do
170 órgão sobrando muito pouco para aplicações externas. Ao
171 longo desses últimos meses a SEMA trabalhou para reverter
172 essa tendência obtendo alguns resultados positivos. O Secre
173 tário Executivo destacou ainda a importância da criação da
174 Comissão de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento da
175 Presidência da República - SEPLAN que possibilitará à SEMA
176 recursos extra orçamentários no montante de CZ\$ 144.000.000,00 (cen
177 to e quarenta e quatro milhões de cruzados) de vital impor
178 tância para o cumprimento do seu papel junto aos órgãos Fe
179 derais, Estaduais e Municipais contribuindo para a execução
180 de seus trabalhos, visando a consecução plena da Política Na
181 cional do Meio Ambiente. O Presidente submeteu ao Plenário
182 a Ordem do Dia. Aprovada a Ordem do Dia o Presidente subme
183 teu ao Plenário o item 4.1 da Pauta que trata do novo Regi
184 mento Interno do CONAMA, e após discussões e deliberações o
185 Plenário aprovou, em bloco por votação, a Proposta de Regi

19
 Rubrica

186 mento Interno apresentada pela Secretaria Executiva do
 187 CONAMA. O Presidente passou ao item 4.2 da pauta e submeteu
 188 ao Plenário o Relatório Final e o Substitutivo elaborados
 189 pela Comissão Especial criada pelo CONAMA para analisar o
 190 Projeto de Lei nº 4.970 que estabelece uma Política Florestal
 191 para a Amazônia Brasileira. Após discussões e deliberação
 192 genéricas e específicas em torno do assunto o Plenário
 193 acatou sugestão do Conselheiro Roberto Ribas Lange, solicitando
 194 à SEMA que faça um levantamento ou consulta sobre a questão
 195 Penal, Tributária e Fundiária da Região Amazônica. Detectada
 196 a necessidade de se retrabalhar e discutir alguns pontos
 197 polêmicos do Substitutivo da Comissão ao Projeto de Lei nº
 198 4.970, o Presidente do CONAMA submeteu ao Plenário a proposta
 199 da Conselheira Lysia Maria Cavalcanti Bernardes nos seguintes
 200 termos: 1) Os Conselheiros que queiram apresentar sugestões,
 201 emendas e substitutivos aos pontos polêmicos do documento
 202 elaborado pela Comissão, deverão apresentá-los à Secretaria
 203 Executiva até a data limite de 18/01/87; 2) A Secretaria
 204 Executiva deverá analisar as sugestões, consolidá-las,
 205 fundamentá-las e incluí-las no Substitutivo, se for o caso,
 206 e enviar aos conselheiros na pauta da próxima reunião
 207 até a data limite de 03/02/87; 3) A 12ª Reunião do
 208 CONAMA deverá ser realizada dia 10/03/87 cujo primeiro
 209 item da pauta será a Política Florestal para a Amazônia
 210 Brasileira. Submetida à votação, a proposta supra detalhada
 211 foi aprovada e o Plenário recomendou ainda à SEMA que fizesse
 212 uma revisão criteriosa nos conceitos de áreas de preservação
 213 e áreas de conservação, fundamentando-as de acordo com a
 214 legislação vigente. Submetendo à consideração do Plenário
 215 o item 4.3 da pauta que trata de proposta de criação de 5
 216 Câmaras Técnicas, e após pronunciamento de vários Conselheiros,
 217 a proposta foi submetida à votação e aprovada conforme
 218 apresentada pela Secretaria Executiva. A seguir o calendário
 219 das próximas reuniões foi submetido ao Plenário e aprovado
 220 ficando estabelecidas as datas de 10/MAR/87, 18/JUN/87,
 221 16/SET/87 e 03/DEZ/87, respectivamente, para a realização
 222 da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Reunião Ordinária do
 223 CONAMA. O Plenário aprovou, em regime de urgência, proposta

224 de Resolução apresentada pelo Conselheiro Benjamin Sicsu ,
225 no sentido de incluir a área da Reserva Ecológica do IBGE,
226 no perímetro da **ARIE** de Capetinga-Taquara, no Distrito Fede
227 ral. Também considerada matéria de urgência, o Plenário
228 aprovou proposta de moção ao Ministro do Desenvolvi
229 mento Urbano e Meio Ambiente, recomendando a transformação
230 da Reserva Ecológica do IBGE em Estação Ecológica, afim de
231 garantir a integridade do patrimônio biótico e abiótico e
232 das coleções científicas, além de assegurar a continuidade
233 das linhas de pesquisas naquela Reserva, solicitando também
234 a criação de uma Comissão mista envolvendo o MDU/SEMA ,
235 SEPLAN/IBGE, UNB CNPq e Secretaria de Meio Ambiente Ciência
236 e Tecnologia do Distrito Federal com o objetivo de custear,
237 administrar e manejar a Estação Ecológica. Esgotado o as
238 sunto da Ordem do Dia, o Presidente liberou a palavra a to
239 dos os Conselheiros que quizessem se pronunciar sobre as
240 assuntos diversos. Pela ordem se manifestaram: a Dr^a Lysia Ma
241 ria Cavalcanti Bernardes que sugeriu a participação de ou
242 tros órgãos nas Câmaras Técnicas, mesmo sem direito a voto,
243 e recomendou que se estudasse meios de se tornar mais demo
244 crática a indicação de membros para as Câmaras Técnicas evi
245 tando-se que a Secretaria Executiva determine, sozinha, es
246 sa composição; o Dr. Paulo José Barbosa que fez, em nome do
247 Estado de Pernambuco, proposição a ser analisada na próxima
248 reunião sugerindo que a decisão de suspensão das atividades
249 industriais poluentes em casos críticos e de iminentes ris
250 co para a vida humana, seja atribuição do **CONAMA**, e das Uni
251 dades Federais que possuam Conselhos Estaduais de Meio Am
252 biente implantados, ao contrário do que consta no Artigo 2º
253 do Decreto-Lei número mil quatrocentos e treze (1.413) de
254 quatorze de agosto de 1975; o Dr. Cleverson Vitório An
255 dreolli que considerou desaconselhável a forma e método
256 utilizado pela Secretaria Executiva para composição das Câ
257 maras Técnicas criadas nesta reunião e sugeriu que a **SEMA**
258 apresente, na próxima reunião, uma proposta estabelecendo
259 métodos e critérios factíveis, viáveis e democráticos para
260 criação e composição de Câmaras Técnicas; O Dr. Ivan Barre
261 to de Carvalho Filho que denunciou a intensão do Governo Fe
262 deral de depositar o lixo nuclear das usinas atômicas no

4
Rubrica

301 sobre quem faz o licenciamento, se a **SEMA**, ou o Órgão Esta
302 dual de Meio Ambiente, e informou que a dúvida do Governo da
303 quele Estado sobre o Artigo 3º da mencionada Resolução é
304 com relação à concessão da licença e o disciplinamento da
305 atividade que nos casos exemplificados são de competência
306 federal. O Secretário Executivo, fazendo uso da palavra ,
307 orientou o Conselheiro Representante de Minas Gerais no sen
308 tido de encaminhar formalmente a consulta à Assessoria Ju
309 rídica da **SEMA** para que a mesma se pronuncie na próxima reu
310 nião e continuou a chamada, por ordem de inscrição, dos con
311 selheiros a se manifestarem. O Dr. Ricardo Augusto Pessoa
312 Braga se reportou ao encontro "Cidadania e Meio Ambiente"
313 realizado em junho de 1986 e informou que a Casa Civil da
314 Presidência da República, prometera na ocasião registrar
315 na íntegra os textos emanados daquele encontro e no entanto
316 omitiu um texto sob a alegação de "texto truncado e orador
317 não identificado", na página 35 do documento, suprimindo o
318 trecho onde um Representante da **ASPAN** fazia restrições ao
319 comportamento de omissão do Governo de Pernambuco com rela
320 ção ao Projeto Industrial Portuário da **SUAPE**, principalmen
321 te no que se refere a ações coibitivas das intervenções ne
322 gativas ao meio ambiente da região, além de fazer críticas
323 severas ao Ministro Marcos Maciel. O Conselheiro informou
324 ainda que a **ASPAN** procurara a Casa Civil e que obtivera do
325 Ministro Jerônimo Moscardo, a promessa de verificar o que
326 houve, mas não deu retorno e portanto pedia que o fato ficas
327 se registrado no CONAMA. O Conselheiro Ricardo Braga também
328 acusou a Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos - **CPRH**
329 de omissão na coibição de desmatamento de 1.500ha de man
330 gues que estão sendo destruídos em função do Projeto In
331 dustrial Portuário de **SUAPE**, e criticou a **SEMA** por ter conhe
332 cimento do assunto através de farta documentação e não
333 ter tomado nenhuma providência para resolver a questão. O
334 Conselheiro Ricardo Braga pediu à **SEMA** que fizesse uma soli
335 citação à **SUDENE** no sentido de incluir em suas normas inter
336 nas, especialmente nas que disciplinam o uso do Fundo de In
337 vestimentos no Nordeste-FINOR, a observação da Legislação
338 Ambiental vigente, para a aprovação de projetos e liberação

Rubrica

339 de recursos, visto que o atual regulamento indicado pela
340 SUDENE a ser observado pelos investidores e empresas indus-
341 triais e agropecuárias, não menciona as Leis, Decretos e
342 etc que orientam tais atividades sob o prisma da utilização
343 dos recursos naturais em bases conservacionistas. Finalmen-
344 te, o Conselheiro se reportou ao 1º Congresso Nordestino de
345 Ecologia, realizado recentemente e promovido pela Universida-
346 de Federal Rural de Pernambuco, informando que naquela oca-
347 sião foi aprovada uma moção ao CONAMA, solicitando que atue
348 junto à CNEN, no sentido de que o lixo atômico produzido pe-
349 las usinas nucleares não seja colocado no Nordeste e em
350 nenhuma parte do Brasil, além de recomendar que não se pro-
351 duza lixo atômico até que se decida onde depositá-lo. Infor-
352 mou ainda que a moção será encaminhada ao Plenário e pediu
353 que o seu pronunciamento constasse na ata dessa reunião.
354 O Secretário Executivo passou a palavra ao Alte. Ibsen de
355 Gusmão Câmara que mencionou a matéria recém veiculada na im-
356 prensa nacional, de que a Estação Ecológica do Raso da Cata-
357 rina na Bahia, seria provavelmente um dos locais de depósito
358 de lixo atômico, e chamou a atenção dos conselheiros para
359 tal assunto, considerando que por se tratar de área protegi-
360 da, ela não deveria sequer constar de estudos preliminares
361 por partes dos órgãos encarregados do Programa Nuclear Bra-
362 sileiro, uma vez que é inconcebível que uma área protegida
363 possa servir de depósito de lixo atômico. Com esse exemplo
364 alertou os conselheiros para o flagrante desrespeito às
365 Unidades de Conservação quando se observa com frequência a
366 tentativa de abertura de estradas cortando Parques Nacio-
367 nais; a utilização de recursos naturais de áreas preserva-
368 das; Decretos Federais e Estaduais redelimitando áreas afim
369 de permitir a exploração econômica dentro de áreas protegi-
370 das. Novamente citando um exemplo, o do Parque Tocantins
371 que ao ser criado possuía uma área de 600.000ha e que hoje
372 conta com tão somente 60.000ha, pediu um apoio mais efetivo
373 na proteção de áreas, tornando-as perenes não permitindo re-
374 delimitações sucessivas. Fazendo uso da palavra o Conselhei-
375 ro Roberto Ribas Lange destacou a atitude da SEMA na libera-
376 ção de recursos para Zoneamento da APA de Guaraqueçaba no

377 Paraná, informou sobre a 2^a Reunião da Comissão encarrega
378 da de propor uma política para a Mata Atlântica e Serra do
379 Mar, que deverá ser realizada dia 06/FEV/87 em Antunina-PR
380 e informou que, embora o CONAMA houvesse recomendado a ela
381 bora o de RIMA na BR-101 sobretudo no trecho que liga
382 Peruíbe-SP a Garuva-SC, nenhuma das exigências da lei foi
383 cumprida embora haja promessa de início das obras no começo
384 do próximo ano, e voltou a insistir na necessidade dos Go
385 vernos dos Estados implantarem Conselhos Estaduais de Defe
386 sa do Meio Ambiente. O Dr. Ivan Barreto de Carvalho Filho
387 voltou a fazer uso da palavra para pedir ao Plenário que vo
388 tasse a moço apresentada pelo Estado da Bahia, solicitando
389 a presença de alguém da CNEN para prestar esclarecimentos
390 sobre o Programa Nuclear Brasileiro ao CONAMA. O Conselhei
391 ro informou que a moço foi encaminhada à Secretaria Execu
392 tiva em tempo hábil e em condi oes de ser votada, conside
393 rou que houve um engano por parte do Assessor Jurídico da
394 SEMA, Dr. Paulo Affonso Leme Machado ao informar que o as
395 sunto não foi submetido ao Plenário por não chegar em tem
396 po na Secretaria Executiva, e solicitou que o Plenário con
397 siderasse o assunto, por uma questão de justiça. A seguir
398 a Dr^a Anam lia Habib voltou a se manifestar para informar
399 que um dos critérios considerados na sele o de sítios para
400 depósito de lixo atômico, é exatamente o de preservar áreas
401 onde existam espécies em extin o, além dos aspectos ambien
402 tais e os de uso da terra. O Secretário Executivo chamou o
403 Conselheiro José Pedro de Oliveira Costa que agradeceu  
404 SEMA a libera o de recursos na ordem de CZ\$ 2.500.000,00
405 (dois milhões e quinhentos mil cruzados) para a Esta o Eco
406 lógica da Juréia-SP; manifestou apoio   proposta do Conse
407 lheiro Ivan Barreto de Carvalho Filho e sugeriu que a SEMA
408 solicite a presença de órgãos do Ministério das Minas e Ener
409 gia, na próxima reunião do CONAMA, a fim de fazerem uma ampla
410 explica o do Programa Nuclear Brasileiro; informou que a
411 Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo está analisando
412 relatório de Estudos de Impacto Ambiental, elaborados e en
413 caminhados pela PETROBRÁS sobre o gasoduto Campos/RJ - São
414 Paulo/SP; pediu informaçoes sobre o Anteprojeto de Lei das

Rubrica

415 Unidades de Conservação, aprovado pelo Plenário na 4ª Reu
416 nião Extraordinária ; denunciou o Prefeito de Porto Segu
417 ro-BA Sr. Valdivio Costa pela destruição do Patrimônio His
418 tórico da Região que é o berço da nacionalidade brasileira,
419 e finalmente, informou que o Estado de São Paulo elegeu um
420 candidato representante das associações ambientalistas, à
421 Constituinte e considerou a eleição do Deputado Fábio Field
422 man um fato bastante alviçareiro. O Secretário Executivo
423 propôs ao Plenário, alterações nas Resoluções/CONAMA/Nº 021
424 e 022 no sentido de substituir a CNEN, no que diz respeito
425 à elaboração do RIMA solicitado naqueles atos, pelas Furnas
426 Centrais Elétricas como empresa que efetivamente executa os
427 trabalhos e constrói as centrais, justificando que a CNEN é
428 o Órgão de licenciamento e não a responsável pela constru
429 ção das instalações nucleares. Submetida à votação, a pro
430 posta foi aprovada pelo Plenário. A seguir, o Conselheiro
431 Carlos Alberto Ribeiro Xavier apresentou uma moção assinada
432 por dez conselheiros propondo manifestação de repúdio ao
433 Prefeito de Porto Seguro-BA Sr. Valdívio Costa por depre
434 dar, sistematicamente, o Patrimônio Histórico e Ambiental
435 daquela cidade. Submetida à votação do Plenário a moção foi
436 aprovada por unanimidade dos membros presentes. Após novos
437 debates sobre a questão do lixo atômico e do Programa Nu
438 clear Brasileiro, onde novamente se manifestaram o Dr. Ivan
439 Barreto de Carvalho Filho e a Drª Anamélia Habib Mendonça ,
440 o Secretário Executivo se propôs pedir ao Ministério das Mi
441 nas e Energia, em nome do Plenário do CONAMA, que designe
442 representantes da CNEN, NUCLEBRÁS, Furnas Centrais Elétri
443 cas e outros Órgãos responsáveis pelo Programa Nuclear, pa
444 ra virem à Plenário prestar informações gerais e esclarecer
445 dúvidas sobre o referido Programa. Esgotada a pauta, o Pre
446 sidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
447 a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambien
448 te e, para constar, foi lavrada a presente síntese de ata
449 em Brasília, 03 de dezembro de 1986.

